

HISTÓRIA ANTIGA E DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE TEMAS E CONTEXTOS-FORMAS

Marco Antonio Correa Collares¹

RESUMO

No presente artigo apresento algumas considerações sobre a constituição de temas no trato com os mais diversos documentos textuais legados da antiguidade. Isso porque os estudos historiográficos contemporâneos que se utilizam exclusivamente de documentos textuais produzidos no Mundo Antigo, têm primado pela elaboração de eixos temáticos para o entendimento do universo sócio-histórico de seus autores, servindo-se disso para a posterior rediscussão de seus respectivos contextos, entendidos aqui enquanto formas moldadas pelo próprio historiador.

Palavras Chaves: Documentação textual; contextos-formas; história antiga; período tardo-republicano.

ABSTRACT

In the article I present some observations about the formation of themes in dealing with the most diverse textual documents legacies of antiquity. That is because the contemporary historiographical studies, which are used exclusively in textual documents produced in the Ancient World, have primacy for developing themes for understanding the socio-historical universe of their authors, using it to subsequently renewed discussion of their respective contexts, defined here as molded shapes by the historian.

Keywords: Textual documentation; contexts-forms; ancient history; late-Republican period.

Durante minha pesquisa de mestrado referente à narrativa histórica de Tito Lívio, me deparei com uma linha historiográfica especializada em sua vida e obra, linha essa denominada de Interpretação Retórico-Temática. Em termos gerais, os estudiosos

¹ Mestre em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Margarida Maria de Carvalho. Professor Temporário da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) entre 2011 - 2013.

desta tendência direcionaram suas análises para os mecanismos retóricos empregados por Lívio e as múltiplas unidades temáticas inscritas no interior da obra, evidenciando os acontecimentos históricos considerados mais relevantes pelo autor de modo a servirem a seus propósitos moralizantes (Cf. LIPOVSKI, 1981, p. 4). Nesse movimento, os estudiosos enfatizaram os significantes-chaves dos episódios narrados por Lívio, espécies de eventos-valores que serviriam de exemplo (BURCK apud FELDRERR, 1998, p. 9) em um contexto de aparente recuperação moral após o término das chamadas proscricções civis do século I a.C, quando da publicação da obra.

Só para citar alguns destes estudos, enumero o de Peter Brown (1995) e a forma apologética como Lívio representou o rapto das sabinas na narrativa, enfatizando o importante ideal da *concordia* entre romanos e demais povos do Lácio, o estudo de Ann Vasaly (1999) vinculado a forma como Lívio exaltou as condutas de antigas lideranças políticas da *Urbe*, tais como Cipião, o Africano, *Fabius Maximus* ou Catão, o Censor e o trabalho de Dylan Sailor (2006) referente às alusões diretas e indiretas de Lívio a Augusto, em uma espécie de normatização do comportamento político do novo detentor do poder de Roma por intermédio de exemplos da história.

Nesse sentido, o olhar dos especialistas que se voltaram para uma narrativa histórica extensa levou-os a recortarem-na de modo a tratarem de temas evocados pelo próprio autor da obra com vias a seus propósitos político-ideológicos, muitas vezes as análises contemporâneas focando alguns conjuntos específicos da obra liviana, quando não apenas um dos 35 livros restantes de um total de 142 dos originais (Cf. STADTER, 1972).

Essa espécie de filtragem temática pode ser efetuada entre os antiquistas que se debruçam sobre a documentação textual legada do Mundo Antigo, principalmente quando os escritos são igualmente extensos ou de natureza variada. Como exemplo deste último caso, eu cito estudos direcionados a obra do orador Marco Túlio Cícero, também do século I a.C. Isso porque seus escritos variam em natureza e objetivos,

desde *epístolas*, textos jurídicos, discursos políticos, tratados filosóficos ou mesmo ensinamentos retóricos (Cf. BELTRÃO, 2010).

A variedade e a extensão da obra ciceroniana condicionam aos mais diversificados estudos, podendo-se qualificar tais análises em eixos temáticos, nesse caso, propostos pelos próprios especialistas contemporâneos, ainda que de acordo com a natureza e os objetivos dos escritos ciceronianos.

É possível encontrar trabalhos vinculados aos mecanismos da retórica latina tardo-republicana (KENNED, 1982; PLEBE, 1978; SCATOLIN, 2009; ILUNGA, 2009) ou sobre o projeto historiográfico ciceroniano (RAMBAUD, 1953; WOODMAN, 1998; ROIZ, 2008; TEIXEIRA, 2008; PAVEZ, 2011), assim como análises sobre o pensamento do orador e sua ligação com a filosofia grega (TESTARD, 1999; ROCHA, 2008), sem esquecer aqueles estudos direcionados às representações ciceronianas da República e sua conseqüente crise de adequação à expansão territorial romana (FERRARY, 1984; ASMIS, 2005; BELTRÃO, 2010).

Enfatizo, entretanto, estudos historiográficos que tratam especificamente das ideologias políticas do tardo republicano com base nos escritos do orador latino. Cito uma obra clássica de Claude Nicolet, intitulada, *“Les Idees Politiques a Rome sous la Republique”* (1954). Chama a atenção seu estudo porque Nicolet - assim como antes dele Ronald Syme e Rostovtzeff - trata Cícero como à expressão da ideologia do chamado partido dos *optimos*, defensor convicto de um regime político aristocrático e bem sucedido até o século I a.C, para quem o sistema de patronato e o voto censitário das eleições limitavam quaisquer pretensões de implantação de uma democracia do tipo grego na *Urbe* romana, apesar do projeto oposto do partido *popular*, de personagens do porte de Salústio e Júlio César, que intencionava fortalecer os poderes dos tribunos e assembléias da plebe e ceder terras na Itália a aliados, latinos e veteranos (Cf. NICOLET, 1954, p. 25).

Segundo as conclusões de Nicolet, Cícero se manteve fiel à defesa da *“libertas ciuitas”* aristocrática, posicionando-se contrariamente a quaisquer transformações

constitucionais no regime vigente, sob o risco da República ser convertida em uma democracia e conseqüentemente em uma tirania liderada por homens como César, o orador posicionando-se desta forma como um convicto defensor das prerrogativas superiores do senado sobre as demais instituições tradicionais, incluindo as magistraturas superiores munidas de *imperium* (Cf. NICOLET, 1954, p. 34).

O problema do trabalho de Nicolet não está no fato de considerar o orador um ante-reformista, mas sim por tratar as idéias ciceronianas como referências normativas de uma ideologia partidária nos moldes de um partido político moderno ou mesmo por tratar suas opiniões como juízos de fato sobre a organização de uma República eminentemente aristocrática, desconsiderando-as enquanto representações em torno de um regime político e organização social hierárquica, segundo suas próprias crenças e valores pessoais.

Trabalhos historiográficos mais recentes, como o de Peter Brunt (1988) e de Francisco Pina Polo (1994) enfatizaram, diferentemente que não existiam partidos políticos consolidados na Roma antiga, apenas múltiplas ideologias sobre como esta República deveria ser gerenciada, afirmando que a unidade significativa da política da *Urbe* era o indivíduo e não qualquer grupo hermético e que tal indivíduo ora se vinculava a algumas idéias ou *factio*, ora tornava-se adepto de outro projeto ideológico, de acordo com seus interesses pessoais, conveniências e objetivos (Cf. BRUNT, 1988, p. 443 - 502).

Isso sugere que um olhar historiográfico que coloca Cícero como o mero ideólogo dos *optimos* pode incorrer no equívoco de desconsiderar a riqueza e a complexidade de seus escritos, esquecendo-se também de demarcar a historicidade de cada uma das obras do orador, nos mais diversos micro-contextos do período tardo-republicano.

Além disso, tomando-se Cícero como o mero defensor do partido da *nobilitas*, o estudioso pode acabar desconsiderando alguns pontos em comum entre as idéias ciceronianas e de outros integrantes desta elite, incluindo-se reconhecidos

personagens que pertenceriam aos *populares*. Esse tipo de leitura normativa faria da documentação textual ciceroniana a mera expressão de uma ideologia partidária, preocupada somente com a defesa de um projeto conservador de República aristocrática senatorial.

Nesse ponto gostaria de enfatizar minhas pretensões de uma tese de doutorado sobre algumas representações de autores romanos do tardo-republicano que tratam da guerra justificada e das ações militares consideradas legítimas, o que seria o esboço do paradigma do *bellum iustum* constituído ao longo da história por diversos pensadores, desde Santo Agostinho até o jurista holandês do final do século XVI e início do XVII, Hugo Grócio, chegando até a contemporaneidade com a elaboração de conceitos mais sofisticados, tais como os de *Jus ad Bellum*, *Jus in Bello* ou *Just post Bellum*.

A obra *De Officiis* de Cícero, por exemplo, escrita na época da ditadura de César, entre 48 – 44 a.C seria um texto de natureza filosófica encaminhado ao filho, Marco, na época um estudante orientado pelo peripatético ateniense, Crátipo (Cf. CLAYTON, 2001). Dividida em três livros a obra se destaca pelas considerações ciceronianas sobre a guerra legítima e as ações ideais dos magistrados munidos de *imperium* frente aos povos hostis a Roma. Importante mencionar o livro primeiro, no qual Cícero enumera as regras da guerra, devendo-se poupar os inimigos que não foram cruéis, significando de imediato a defesa de critérios bastante pontuais para a destruição das cidades e Repúblicas hostis a *Urbe*, tal como ocorrera, segundo ele, com Cartago e Corinto (Cf. CÍCERO, *De Officiis*, Livro I, Cap. XII).

Para Cícero o protocolo da guerra exigia justiça, declaração formal e legitimidade. Segundo seus escritos, os romanos davam nomes moderados a quem lhes fazia hostilidades, os *hostis*, sugerindo que os inimigos eram somente aqueles que atacavam a *Urbe* (Cf. CÍCERO, *De Officiis*, Livro I, Cap. XIII). Não seriam inimigos aqueles que não faziam guerra aos romanos, mesmo que não fossem necessariamente amigos ou aliados. O próprio termo demonstrava que a guerra deveria ser exercida

apenas após ações declaradas formalmente. A guerra existiria para defender a pátria e a vida, assim como o civil deveria defender sua dignidade pessoal, sua *dignitas* e sua magistratura, ou seja, sua *auctoritas* (Cf. CÍCERO, *De Officis*, Livro I, Cap. XVII).

Mesmo quando a glória servia como justificativa ao ato de guerrear deveria haver uma razão legítima para sua execução (Cf. CÍCERO, *De Officis*, Livro I, Cap. XVIII). A guerra deveria ser conduzida com dureza, mas somente se seguisse o critério de declaração formal institucional perante uma falta previamente exercida pelos inimigos de Roma.

Agora, segundo as representações de Cícero, na guerra civil não haveria quaisquer *hostis*, mas sim competidores pela *dignitas*, fossem magistrados ou homens eminentes competindo também pelo *imperium*, não sendo assim uma guerra pela vida ou pela *Urbe*. Na visão de Cícero, os romanos já haviam combatido pela existência contra cimbro e teutões, mas também pela vida e pela supremacia com Aníbal, mas sempre a partir de uma falta perpetrada pelos invasores (Cf. CÍCERO, *De Officis*, Livro I, Cap. XIII).

Nesse ponto, gostaria de tratar de algumas representações inscritas na obra *De Bello Gallico*, de Júlio César. Isso porque o conquistador da Gália normalmente é observado pela historiografia contemporânea especializada como um mero demagogo do partido *popular* com um seu projeto de poder autocrático pré-definido, alguém que não se fazia de rogado em manipular os cidadãos romanos pobres mediante a propaganda pessoal de seus feitos ou mesmo de invadir Roma com suas legiões para defender sua própria *dignitas* (Cf. RAMBAUD, 1963; MEIER, 1982; SCHMIDT, 2006).

Ao observar mais atentamente a obra em questão percebo que suas justificativas para empreender a guerra contra os povos da Gália não se restringem somente a defesa de sua dignidade pessoal, apesar de em vários momentos, César ressalta a importância de sua condição superior de magistrado romano encarregado

de “pacificar” a região². Parece-me que suas representações não são totalmente contrárias, portanto, às ideias ciceronianas sobre as justificativas legítimas da guerra.

Escrita como uma *Res Gestae* e influenciada pelos relatos memorialísticos gregos comumente redigidos para redações futuras de histórias ou biografias, os chamados comentários de César tratam da conquista da Gália Transalpina, desde a travessia sobre o Reno após suas primeiras vitórias frente aos helvécios, seguindo com a campanha contra o germano Ariovisto e depois contra os belgas e culminando na vitória sobre o levante gaulês liderado pelo averno Vercingétorix (Cf. MACDONALD, 2009, p. 3 – 4).

Isso significa afirmar que o relato começou a ser escrito por volta de 58 a.C, sendo sistematizado e publicado pós 51 a.C, quando da anexação da Gália Transalpina (Cf. YANN LE BOEC, 2001). Também significa sustentar que as justificativas para a execução da guerra se enquadram em muitos pontos ao ideal ciceroniano, visto que a maior parte das campanhas militares do conquistador romano foi representada na obra como revides ante as agressões prévias de povos hostis a Roma, incluindo alguns povos da Gália que haviam atentado contra a autoridade pessoal de César e quebrado antigos tratados firmados com os romanos.

Um exemplo encontra-se no primeiro livro do relato, aonde César expôs o motivo principal de sua campanha inicial contra a invasão dos helvécios sobre terras romanas acordadas com outros povos gauleses (Cf. CÉSAR, *De Bello Gallico*, Livro I, Cap. XII). Em vários trechos da obra, as campanhas militares de César começam apenas

² Nesse ponto enfatizo o importante conceito da *pax romana*, demarcado por vários pensadores, seja antigos ou mesmo atuais, expressando uma idéia de legitimidade da guerra para com povos hostis a Roma, povos esses que se haviam rebelado contra o domínio romano após anexação ao Império. Assim, essa ideologia apregoava que haveria paz quando o domínio romano fosse aceito e respeitado pelos povos conquistados e a volta da guerra quando a ordem romana fosse rompida pelos povos já dominados das periferias. Ao defender a pacificação da Gália, César estava agindo de acordo com essa ideologia de paz unilateral, uma paz romana que atendia a uma ordem eminentemente romana, do centro em relação às periferias dominadas ou no caso da Gália Cisalpina, uma periferia aliada da *Urbe*. Sobre esse assunto ver: PINA POLO, Francisco. *A Pax Romana*, pp. 191 – 228 e WENGST, Klaus. *Pax Romana: pretensão e realidade*. São Paulo, 1991.

após declaração formal de guerra diante dos legados dos povos hostis, ou seja, diante de “embaixadores” que haviam anteriormente declarado hostilidade aos romanos.

Além disso, em quase todos os casos de declaração formal de guerra, César expressou que estava em comum acordo com o senado romano, além de destacar vários triunfos e homenagens concedidas pelo conselho da nobreza após suas vitórias, demonstrando que seguia as instituições tradicionais e os costumes ancestrais, o *mos maiorum* (Cf. CÉSAR, *De Bello Gallico*, Livro I, Cap. V). Nada mais distante, portanto do que meras justificativas restritas à defesa de sua *dignitas* pessoal, tratando-se, em minha opinião de representações muito aproximadas a aquelas de Cícero em sua obra, *De Officis*.

Nas obras, *Filípicas*, de Cícero e *De Bellum Ciuile*, de César é possível encontrar, entretanto, uma nítida oposição entre os dois autores, ainda que em alguns momentos, eles também se aproximem em suas ponderações sobre a guerra justificada e sobre as ações militares consideradas legítimas.

As *Filípicas* de Cícero seriam a compilação em forma de texto de quatorze discursos pronunciados pelo orador entre os anos de 44 e 43 a.C. Originalmente tais discursos deveriam ser em maior número, chegando a dezessete, sendo chamados na época de *Antonianas*, na medida em que foram dirigidos contra as ações e declarações autocráticas de Marco Antônio logo após a morte de César (Cf. QUETGLAS, 1994, p. 6 - 7).

Cícero expôs suas opiniões pessoais contra os interesses de Antônio, muito em razão de este último ter acusado o orador de participação na conjuração que assassinou o ditador vitalício (Cf. CÍCERO, *Filípicas*, Livro II, Cap. V). Além disso, Cícero tentou conquistar a simpatia do herdeiro de César, Caio Otaviano, de modo a torná-lo o modelo político da República, o *Princeps*, aquele que seria o tutor do regime aristocrático, impedindo assim a perda de poder por parte do senado e da aristocracia tradicional. O nome *Filípicas* advém do fato de a compilação destes discursos possuírem como modelos aqueles pronunciados pelo orador grego Demóstenes contra

as pretensões do rei Filipe II, da Macedônia, em seus intentos expansionistas sobre as *poleis* gregas (Cf. QUETGLAS, 1994, p. 7).

Interessante notar como o discurso dois das *Filípicas* desconstrói Antônio e indiretamente as pretensões monárquicas de César em vida, quando este iniciou as guerras civis contra Pompeu e o Senado. Chama a atenção também o fato de a obra ter sido escrita logo após os eventos do assassinato de César e antes da formação do segundo triunvirato, sendo esse um momento de grande tensão e incertezas na *Urbe*.

Trata-se de uma obra que expõe as capacidades oratórias de Cícero, na tentativa de convencer senadores e povo a se colocarem contra Antônio. A obra se remete a todo o momento às ações militares de Antônio e aquelas de César, desconectadas, segundo o orador, das leis, tradições e instituições romanas, o que demonstraria a importância da necessidade de legitimidade para quaisquer ações militares.

Assim sendo, no entender de Cícero, Antônio e César se utilizavam comumente das armas para ameaçar seus inimigos políticos no Senado. Com isso, a *libertas ciuitas* estaria constantemente ameaçada pelas armas de comandantes que deveriam, ao contrário, proteger tal liberdade (CÍCERO, *Filípicas*, Livro I, Cap. XXI).

Na obra, Cícero expõe os riscos de entregar o poder total nas mãos de qualquer comandante militar. Afirma que tal poder, o *imperium* deveria ser concedido pelo Senado e sempre dividido entre muitos, tal como ocorria com as magistraturas formais pelo critério da colegialidade (CÍCERO, *Filípicas*, Livro I, Cap. XXV). Cícero enfatiza também que a ruptura de Pompeu com César fora obra da disputa pela *dignitas*, o que seria justo, desde que isso não colocasse em risco a República. Segundo ele, teria sido César que, em nome da defesa de uma dignidade pessoal desrespeitada ocasionara a guerra civil, levando a República a “miséria, infâmia e iniquidades” (Cf. CÍCERO, *Filípicas*, Livro I, Cap. XXVI).

Isso significa afirmar que as opiniões de Cícero acerca da defesa da *dignitas* pessoal de César seria a base das opiniões de muitos especialistas contemporâneos

sobre as justificativas militares do conquistador da Gália, o que me leva a defender que as opiniões do orador foram novamente tomadas como juízos de fato e não como representações de um agente político em disputa ideológica com outro, de modo a afirmar seu projeto ideal de República. Não é possível desconsiderar, portanto, que Cícero se colocou contra as representações de César e sua pretensa defesa da *dignitas*, tratando-se, aqui de um conflito de representações acerca das ações militares justificadas.

Além disso, é preciso lembrar que as representações de César em sua *Bellum Ciuile*, também se aproximam em vários pontos das representações ciceronianas, principalmente no que concerne a defesa de César em torno do caráter sacrossanto dos Tribunato da Plebe, uma magistratura que, segundo suas representações havia sido atacada pelos côsules, alguns senadores e por Pompeu antes da eclosão da guerra civil (Cf. CÉSAR, *De Bellum Ciuile*, Livro I, Cap. V).

Os comentários de César foram finalizados e publicados na época de sua ditadura, tratando dos acontecimentos políticos e militares de 50 a 48 a.C, iniciando-se com a rebelião armada contra o Senado romano, pelo fato de seu autor estar inconformado com a decisão do Conselho de retirar seu *imperium* pró-consular da Gália, além de impedi-lo de se candidatar ao consulado estando ausente de Roma (Cf. MENDONÇA, 1999, p. 26).

Novamente tratou-se de uma obra em torno dos acontecimentos de uma campanha militar, desta vez contra a própria República, melhor, segundo as representações de César, em oposição a certas autoridades senatoriais que estariam atentando contra a constituição republicana ao retirar os direitos adquiridos de César na *concilia* da plebe (Cf. MENDONÇA, 1999, p. 29), o que significa que a obra não trata somente da defesa de qualquer dignidade pessoal, mas também da defesa de uma República pretensamente ameaçada.

O que podemos depreender dessas considerações? Em primeiro lugar, que as clivagens que colocam Cícero e César em lados diametralmente opostos, como se suas

obras representassem ideologias herméticas de *optimos e populares* respectivamente, desconsideram as múltiplas historicidades de seus escritos, ou seja, os mais variados momentos históricos em que foram produzidos e publicados.

Em segundo lugar, que um estudo temático, nesse caso sobre os temas da guerra justificada e das ações militares consideradas legítimas, a partir das obras de Cícero e César, deve se afastar do viés maniqueísta e normativo que toma os escritos de Cícero como juízos de fato e os de César como juízos de valor, na medida em que tal estudo poderia se enquadrar na típica constatação de que César apenas pretendia o poder total em Roma enquanto Cícero tinha como meta defender um regime político aristocrático eminentemente justo, inclusive na guerra.

Nesse ponto, o estudo de Alexander Yakobson, intitulado “*Public opinion, Foreign Policy and Just War in the Late Republic*”, de 2009, apresenta-se como uma importante referência, visto que o tema da guerra justificada teria sido utilizado por Cícero para impedir que os cidadãos pobres romanos (*populus*) escolhessem os comandantes militares na *concilia* da plebe, incluindo certos comandantes do porte de César (Cf. YAKOBSON, 2009, p. 56).

Isso significa afirmar que Cícero não pode ser tomado como referência para tratarmos de uma realidade de fato, mas sim como o ideólogo de uma República que, segundo ele, deveria se tornar cada vez mais aristocrática e elitista diante das constantes decisões do povo nas assembleias populares, inclusive sobre assuntos estrangeiros e aqueles relacionados à declaração formal e ações de guerra (Cf. YAKOBSON, 2009, p. 57).

Gostaria de finalizar esse artigo tratando da relação aproximada existente entre eixo temático proposto pelo historiador, documentação textual e contexto histórico, o que por sua vez me remete ao olhar crítico direcionado tanto às fontes textuais quanto aos estudos historiográficos contemporâneos acerca do contexto dos autores destas referidas fontes.

Segundo Norberto Guarinello (2003), o historiador, em seu trabalho de pesquisa precisa executar mediações no trato com suas fontes de informação, mas essas mediações não se vinculam somente a utilização de modelos, teorias ou conceitos, tal como ressaltado por Finley, em sua obra *“História Antiga, Testemunhos e Modelos”*.

Para Guarinello, as mediações se constituem também em formas, admitidas como acessórios necessários para o ordenamento de documentos dispersos e sem sentido histórico quando tomados em si mesmos (Cf. GUARINELLO, 2003, p. 45). Nesse ponto, observa-se uma morfologia da história a articular documentos textuais dispersos de modo a sua posterior comparação e análise, significando a elaboração de um ambiente sócio histórico com base nos testemunhos legados do passado e também em conjunção ou mediante críticas com as interpretações dos historiadores contemporâneos (Cf. GUARINELLO, 2003, p. 465).

Em minha opinião, isso sugere não somente uma simples periodização, mas também a constituição de parâmetros explicativos e temáticos para o estudo de tipos variados de documentos textuais em dado momento do passado. É nesse sentido que enfatizo a importância dos temas da guerra justificada e das ações militares consideradas legítimas a partir dos escritos de Cícero e César, dois autores e personagens marcantes do tardo republicano.

Tal contexto não representaria somente um momento da história de Roma, visto que os romanos não nomeavam desta maneira o século I a.C. Tratar-se-ia de uma forma, tal como concebida por Guarinello, em razão de possuir características específicas segundo diversas interpretações contemporâneas das fontes: um momento marcado pelas crises civis, por conflitos políticos e militares entre comandantes e entre estes e as instituições romanas, por disputas ideológicas e/ou conflitos de representações, por transformações constitucionais, pela manifestação de sentimentos de crise e pela expansão constante do território romano, o que teria gerado a necessidade de (re) ordenamento deste espaço e do regime político vigente

para sua posterior administração (Cf. ALFÖLDY, 1989, p. 76. 109; DEVIAULT, 1996, p. 69; BACELÒ e CATANIA, 2003, p. 92; MENDES, 2006, p. 22).

Isso significa sustentar que, tratar dos temas da guerra justificada e das ações militares consideradas legítimas em Cícero e César, nos remete igualmente a uma rediscussão da “forma período tardo-republicano”. Nesse sentido, ao invés de somente efetuar uma inserção dos escritos dos dois autores em um contexto formulado a priori, com base na existência de clivagens ideológico-partidárias de *optimos e populares*, seria imprescindível efetuar, outrossim, a própria re elaboração do contexto/forma mediante a leitura crítica das representações destes autores.

Apesar de reconhecer a inimizade e a oposição ideológica entre Cícero e César, percebo alguns traços comuns referentes à necessidade de legitimidade em torno da guerra, principalmente no que concerne ao relacionamento entre a capital imperial, povos aliados e/ou conquistados, bem como entre as instituições tradicionais responsáveis pela política externa romana e os comandantes militares que executavam de fato as conquistas territoriais. Múltiplas e novas clivagens poderiam ser assim pensadas e articuladas, o que por sua vez representaria uma rediscussão do próprio contexto/forma no período tardo-republicano, a partir da leitura temática de diferentes escritos de autores desta época histórica.

AGRADECIMENTOS

Com grande apreço agradeço ao professor Fábio Vergara Cerqueira pelo constante apoio em minha vida acadêmica, como também a minha amiga e orientadora, a professora Margarida Carvalho, que apesar de alguns reveses em minha recente trajetória pelos estudos em História Antiga, procura sempre me instigar no intuito de que eu ultrapasse minhas limitações e dificuldades nesse campo do saber histórico. Agradecimento especial também a minha professora de inglês, Deise Rita Picolotto, responsável pelo abstract do presente artigo.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

CÉSAR. *Bellum Civile*. Trad. Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

_____. *Guerre des Gaules*. Texte établi et traduit par L. A. Constans. 5ème édition. Paris: Les Belles Lettres, 1954.

_____. *Guerre des Gaules/ Commentarii de Bello Gallico*. Paris: Les Belles Lettres, 1968.

CÍCERO. *Da República*. Trad. de Amador Cisneros. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1980.

_____. *De Res Publica*. Cambridge, Mass./London: Heinemann/Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1958.

_____. *The Republic*. Translated by Niall Rudd; with an introduction and notes by Jonathan Powell and Niall Rudd. Oxford: Oxford University Press, 1998.

_____. *De Officiis*. Paris: Les Belles Lettres, 1960.

_____. *Dos Deveres*. Trad. Chiapeta, A. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Filípicas*. In: QUETGLAS. Trad. Juan Bautista Calvo. Barcelona: Editorial Planeta, 1994.

HISTORIOGRAFIA E ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS.

ALFÖLDY, Géza. *A história Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

AREND, Anthony Clark. "International Law and the Preemptive Use of Military Force" In: *The Washington Quarterly*, V. 26, N. 2, pp. 89 – 103, 2003.

ASMIS, Elizabeth. *A New Kind of Model: Cicero's Roman Constitution in de Republica*. *American Journal of Philology* N.º 126, 2005, pp. 377–416.

BACELÓ, José; CATANIA, Maria. "Las bases del poder de los líderes carismáticos durante la crisis de la república romana. S. I. A.C". IN: ROJO, Estela (Org.). *Representaciones identitárias de la Roma antigua*. Tucumán: Instituto Interdisciplinaria de literatura argentina y comparadas, 2003, pp. 91-100.

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70, 1977.
- BELTRÃO, Claudia. A Religião na Urbs. In: Mendes. N. M.; da Silva, G. V. (orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 137-159, 2006.
- _____. "O *Vir Bonus e a Prudentia Civilis* em Marco Túlio Cícero". In: ARAÚJO; BELTRÃO; JOLY (Orgs.) *Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: FAPERJ e Nau Editora, 2010.
- _____. *Terminalia: Fronteiras e Espaço Sagrado. (...)*, 2011.
- BRUNT, Peter. *Nobilitas and Novitas*. The Journal of Roman Studies. Vol. 72, 1982, pp.2-48.
- _____. *The Fall of the Roman Republic and Related Essays. (...)*, 1988.
- CÂNFORA, Luciano. *Júlio César o ditador democrático*. São Paulo: estação liberdade, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- COLLARES, Marco Antônio. "Tito Lívio, Religião e Religiosidade Romana". *Revista História e História*, Unicamp, 04 de Maio de 2010.
- DEVIAULT, André. Le mos maiorum. GAILLARD, Jacques. *Rome I siècle av. J.-C. Ainsi périt La République dès vertus*. Collectiun Mémoires, nº 42, 1996, pp. 58-71.
- ETIENNE, Robert. *Jules César*. Paris: Fayard, 1997.
- FINLEY, Mosés. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1983.
- _____. *História Antiga; Testemunhos e Modelos*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- GABBA, E. *Per un' interpretazione politica del De Officis di Cicerone*. RAL, 34, 1979, pp. 117 – 141.
- GAILLARD, Jacques. Les rituels politiques de la République. GAILLARD, Jacques. *Rome I siècle av. J.-C. Ainsi périt La République dès vertus*. Collectiun Mémoires, nº 42, 1996, pp. 42-57.
- GONÇALVES, Ana Teresa. "Poder, Trabalho e Teatralidade: Cícero e a carta do bom administrador publico". *Liber Intellectus*. V. 2, n. 2, 2007, pp. 2 – 15.
- GUARINELLO, Norberto. "Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga". *Politeia: História e Sociologia*. Vitória da Conquista. Vol. 3, N. 1, 2003, pp. 41 – 61.
- _____. "Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano". Um Ensaio. *Mare Nostrum*, Vol. 1, 2010.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2006.

- LÊ GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. *A Ingerência Humanitária e a Guerra Justa*. Revista de Direito da UNIGRANRIO. <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr>. 2006
- MACMULLEN, Ramsay. *Le Declin de Rome et La Corruption du Pouvoir*. Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- MAZZARINO, Santo. *O Fim do Mundo Antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MEIER, Christian. *César*. Traduit par Joseph Feisthauer. Paris: Édition du Seuil, 1982.
- MENDES, Norma Musco. "O sistema político do principado". IN: SILVA, Gilvan; MENDES, Norma (Orgs.). *Repensando o império romano*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006, pp. 21-51.
- MILLAR, Fergus. *"The Crowd in Rome in the Late Republic"*. University of Michigan Press, 2002.
- MOURITZEN, Henri. *Plebs and the politics in the late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MUÑOZ, Francisco. "La Pax Romana". In: BEATRIZ, Rueda e MUÑOZ, Francisco. *Cosmovisiones de paz em el Mediterrâneo antigo e medieval*. Universidad de Granada, 1998.
- NICOLET, Claude. *Les Idees Politiques a Rome sous la Republique*. Paris: Armand Colin Libraire, 1964.
- _____. *Demokratia et Aristokratia. A propôs de Caius Gracchus: mots grecs et réalités romaines*. Paris: Cedex, 1983.
- ORTEGA Y GASSET, José. *O Gênio da Guerra e a Guerra Alemã*. Madrid: Biblioteca Edef, 1998.
- PERELLI, L. Lívio. In: DELLA CORTE, F. *Dizionario degli scrittore greci e latini*. Milano: Marzorate, Vol. 2, 1988, pp. 1225-1250.
- PETIT, Paul. *La pax Romana*. Barcelona: Editorial Labor, 1969.
- POLO, Francisco. *Ideología y práctica política en la Roma tardorrepública*. Gerion, Nº 12, 1994, pp. 69-93.
- RAMAGE, Edwin. *Aspects of Propaganda in the Bello Gallico. Caesar's Virtues and Attributes*. Athenaeum, Università Pavia: Como – Edizioni New Press, 2003.
- RAMBAUD, Michel. *César*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- RAMMINGER, Erica. *O Conceito de Auto-Defesa da ONU e a Guerra no Iraque: Guerra Preventiva ou Guerra Preemptiva? (...)*, 2007.
- RODDAZ, Jean-Michel. *Jules César Dans La Tradition Historique Française des XIXe et XXe Siècles*. Paris: Edizioni ETS, 2010.



RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SALLER, Richard. *Personal Patronage Under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SEBASTIANI, Breno Battistin. “Guerra Justa e Imperialismo na Roma Republicana”. *Revista de História*, N. 148, 2003, pp. 35 – 46.

SCHMIDT, Joël. *Júlio César*. Porto Alegre: L&PM, 2006

SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1939.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Patronage in Ancient Society*. London and New York: Routledge, 1990.

WALZER, Michael. *Just and Unjust Wars*. New York: Basic Books, 1992.

YAKOBSON, Alexander. “Public opinion, Foreign Policy and Just War in the Late Republic”. In: C. Eilers (ed.) *Diplomats and Diplomacy in the Roman World*. Brill, Leiden, 2009, pp. 45 – 72.

YANN LE BOEC. *Cesar: Chef De Guerre*. Paris: Rocher, 2001.